



Mulheres, homens e usos do tempo – quinze anos após a Plataforma de Acção de Pequim, onde estamos, em Portugal?

Women, men and time use – where are we, in Portugal, fifteen years after the Beijing Platform for Action?

Autora: Heloísa Perista

Socióloga, com doutoramento pela Universidade de Leeds; investigadora sénior e presidente da direcção do CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

heloisa.perista@cesis.org

Resumo:

Apesar da importância crucial dos estudos sobre os usos do tempo, e do seu reconhecimento político, nomeadamente na *Plataforma de Acção de Pequim*, a produção estatística (e científica) em Portugal não tem correspondido integralmente à necessidade do respectivo aprofundamento, de forma continuada e consistente.

Numa tentativa de dar evidência a esta lacuna, numa primeira parte do artigo, procede-se a um breve historial reflexivo sobre o modo como, quinze anos após a *Plataforma de Acção de Pequim*, os usos do tempo se têm constituído, em Portugal, como tema de pesquisa e como objecto de recolha de informação estatística, nomeadamente no *Inquérito à Ocupação do Tempo 1999*.

Seguidamente, são apresentados e discutidos alguns dos principais resultados de uma abordagem qualitativa dos usos do tempo, centrada na articulação entre trabalho pago e trabalho de cuidar de mulheres e de homens em carreiras científicas e que, como tal, se confrontam com desafios espaço-temporais específicos.

Palavras Chave: Género, usos do tempo, trabalho pago, trabalho de cuidar, carreiras científicas.

Abstract

In spite of the centrality of time use studies, and of the respective political acknowledgement, particularly in the *Beijing Platform for Action*, statistical

(and scientific) production in Portugal has not been able to fully match the need for these studies, in a consistent and timely way.

As an attempt to provide evidence to this need, a first section of this paper presents a short reflexive history of how, fifteen years after the *Beijing Platform for Action*, time use has been constituted, in Portugal, as a research topic and as a concern for statistical data collection, namely in the *1999 Time Use Survey*.

Some of the main outcomes of a qualitative approach on time use, focusing on the articulation between paid work and care work among women and men in science careers, thus facing specific space-time challenges, are then presented and discussed.

Key words: Gender, time use, paid work, care work, science careers.

1. Introdução: a centralidade do tema

O tempo é ‘genderizado’, isto é, é marcado pelo género (‘a gendered time’, como diriam Pillinger, 2000 ou Daly, 2002), constituindo-se como uma dimensão-chave para a compreensão da diversidade e da mudança nas relações de género. Uma perspectiva de género é, por seu lado, essencial para tornar evidente que a dimensão ‘tempo’ é simultaneamente constituída por e constitutiva das relações sociais imbuídas em trabalho pago, trabalho de cuidar e género. Assim sendo, e nas palavras de Jane Pillinger (2000), a utilização do tempo como instrumento analítico pode favorecer novos olhares sobre a forma como as relações sociais de tempo se entrecruzam com as relações sociais de género e as diferentes formas de trabalho.

Os significados do tempo são igualmente marcados pelo género. Mulheres e homens conferem diferentes valores e sentidos ao tempo (Daly, 2002). Quaisquer decisões tomadas sobre a afectação do tempo envolvem a atribuição de significado ou de valor a uma determinada actividade, num processo que é claramente condicionado pelo género – por responsabilidades, recursos, posições e estatutos de homens e de mulheres.

Assim, o tempo constitui-se como um tópico fundamental para a discussão e construção da igualdade de género (Connell, 2004). As desigualdades de género determinam diferentes temporalidades que marcam a negociação do modo como são distribuídos, em particular, os tempos de trabalho. Esta é uma distribuição injusta e desigual, que se reflecte na vivência pelas mulheres de temporalidades múltiplas e sobrepostas (Vaiou e Georgiou, 1998) e de vidas ‘mistas’ marcadas por tensões permanentes (Junter et al., 2000). O tempo das mulheres é mais estruturado e mais fragmentado do que o tempo dos homens, tanto na família como no trabalho, designadamente em função do modo diferente como homens e mulheres se relacionam com o trabalho pago e o trabalho não pago.

Tem sido sobejamente reconhecido (por autores/as tais como Elchardus e Glorieux, 1994) que as diferenças entre os padrões de uso do tempo de homens e mulheres se centram na divisão do trabalho. Tem igualmente merecido amplo consenso que, apesar da participação crescente das mulheres no emprego, são as mulheres que continuam a assumir uma grande parte do trabalho não pago, uma vez que os homens não aumentaram a sua participação no trabalho doméstico e de prestação de cuidados em termos equivalentes (Shelton, 1992; Fisher e Layte, 2004; Crompton e Lyonette, 2009a). As mulheres, em geral, tornaram-se *earners* (contribuindo financeiramente para o respectivo agregado) em maior número e de modo mais intenso do que os homens se tornaram *carers* (contribuindo para assegurar o trabalho de cuidar nesse mesmo agregado). A mudança tem, portanto, sido assimétrica (Smith, 2004). Apesar de existir alguma evidência de um aumento da participação dos homens no trabalho não pago, persiste a este nível um acentuado desequilíbrio de género (Pilcher, 1998).

Tal como tem sido demonstrado empiricamente (nomeadamente em Portugal), o emprego feminino não tem garantido um contexto suficiente para a renegociação da divisão do trabalho nas famílias (Hardill et al., 1997). Com efeito, as normas temporais de género continuam a assumir um importante papel na manutenção de uma divisão desigual do trabalho. Nas palavras de Beth Anne Shelton (1992), a prevalência de concepções específicas de género sobre o que são comportamentos apropriados para homens e para mulheres contribui para as diferenças de uns e de outras em tempo de trabalho pago e tempo de trabalho doméstico.

Assiste-se a um reconhecimento crescente, tanto no domínio da investigação como no das políticas, que a igualdade de género vai para além das desigualdades no mercado de trabalho (Lewis, 1999) e que esta não será alcançada sem que exista uma partilha mais equilibrada do trabalho pago e não pago entre homens e mulheres (Crompton e Lyonette, 2009a). 'Igualdade de género significa a igual visibilidade, empoderamento e participação de ambos os sexos em todas as esferas da vida pública e privada' (Conselho da Europa, 1998: 7).

A conciliação, ou melhor dito (cf. Wall, 2008), a articulação entre trabalho pago e não pago para homens e mulheres e o encorajamento da partilha das responsabilidades familiares têm tendido a tornar-se uma prioridade política e um domínio central na promoção da igualdade de género. E o tempo é um tópico-chave no debate sobre a construção social da articulação trabalho-família, uma vez que a consideração dos usos do tempo é essencial para uma compreensão dos processos e das práticas segundo as quais os indivíduos e as famílias desenvolvem estratégias específicas para a gestão do trabalho pago e não pago. O tempo para o cuidado é crucial (Daly, 2002) e entrecruza-se com o tempo para o trabalho pago e com o tempo para si própria/o, com claros impactos sobre a articulação entre as diferentes esferas da vida de mulheres e de homens.

Apesar da importância crucial dos estudos sobre os usos do tempo, acima evidenciada, a produção estatística (e científica) em Portugal não tem correspondido integralmente a esta necessidade.

Numa primeira parte deste artigo, procede-se a um breve historial reflexivo sobre o modo como, quinze anos após a Plataforma de Acção de Pequim, os usos do tempo se têm constituído, em Portugal, como tema de pesquisa e como objecto de recolha de informação estatística, nomeadamente no *Inquérito à Ocupação do Tempo 1999*. Refira-se, porém, que não é minha pretensão dar conta, neste texto, de todos os estudos desenvolvidos em Portugal que têm contribuído para alimentar a reflexão no domínio dos usos do tempo mas antes, fundamentalmente, tomar como base o meu percurso pessoal de pesquisa sobre a temática.

Seguidamente, são apresentados alguns dos principais resultados de uma abordagem qualitativa dos usos do tempo, em torno da articulação entre trabalho pago e trabalho de cuidar, desenvolvida no âmbito de um estudo que incidiu sobre um grupo específico constituído por mulheres e homens em carreiras científicas.

2. Os estudos sobre os usos do tempo - na *Plataforma de Acção de Pequim* e em Portugal: o *Inquérito à Ocupação do Tempo 1999*

Os usos do tempo constituem uma das linhas de intervenção prioritárias identificadas na *Plataforma de Acção de Pequim*, aprovada na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em 1995. Parte-se, nesta Plataforma, da constatação de que '(...) as mulheres continuam a realizar a maior parte do trabalho não remunerado, doméstico e na comunidade, tal como cuidar das crianças e dos idosos, preparar alimentos para a família, proteger o meio ambiente e prestar assistência voluntária às pessoas e aos grupos vulneráveis e desfavorecidos. Este trabalho não chega a ser medido em termos quantitativos e não é valorizado nas contas nacionais. A contribuição das mulheres para o desenvolvimento é seriamente subestimada e, por conseguinte, o seu reconhecimento social é limitado. A plena visibilidade do tipo, do alcance e da distribuição deste trabalho não remunerado, também contribuirá para uma melhor partilha das responsabilidades. (CIDM, 2001: 117)

Com base nesta constatação, entre os objectivos estratégicos definidos na Plataforma são vários os que se referem ao domínio dos usos do tempo. Assim, no seu objectivo F.6. 'Fomentar a harmonização das responsabilidades das mulheres e dos homens no que respeita ao trabalho e à família', a alínea f) preconiza: 'Examinar um conjunto de políticas e de programas, incluindo legislação sobre segurança social e regimes fiscais, em conformidade com as prioridades e as políticas nacionais, a fim de determinar como promover a igualdade entre os sexos e a flexibilidade no modo como as pessoas repartem o seu tempo entre educação e formação, trabalho remunerado, responsabilidades familiares, actividades voluntárias e outras formas de trabalho socialmente útil, o descanso e os tempos livres e disso colham benefícios.' (CIDM, 2001: 135)

Também no objectivo estratégico H.3. 'Produzir e difundir dados e informação desagregada por sexo destinados ao planeamento e à avaliação', uma das alíneas reporta-se especificamente à produção de estatísticas sobre os usos do tempo: 'g) Desenvolver uma classificação internacional de actividades, destinada às estatísticas do uso do tempo, que seja reveladora das diferenças entre mulheres e homens no que respeita a trabalho remunerado e não remunerado, e coligir dados desagregados por sexos. A nível nacional, de acordo com as possibilidades nacionais:

- i) Levar a cabo regularmente estudos sobre o uso do tempo que avaliem, em termos quantitativos, o trabalho não remunerado, inclusive aquelas actividades que são realizadas em simultâneo com outras actividades remuneradas ou não;
- ii) Avaliar, em termos quantitativos, o trabalho não remunerado, omisso nas contas nacionais, e agir de modo a que se aperfeiçoem os métodos de apurar e evidenciar com precisão o seu valor em contas satélites ou outro tipo de contas oficiais elaboradas à parte, em consonância com as contas gerais nacionais'. (CIDM, 2001: 150-151)

As orientações políticas, incluídas na *Plataforma de Acção de Pequim*, sobre a realização de estudos sobre os usos do tempo e a avaliação do trabalho não pago representam o culminar de um amplo debate neste domínio, com o contributo de diversas organizações internacionais. Para além das próprias Nações Unidas, em particular através da Conferência Mundial sobre as Mulheres de Nairobi em 1985 e do INSTRAW (Institute for Research and Training for the Advancement of Women), também a OIT - Organização Internacional do Trabalho e a OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico desenvolveram iniciativas várias que concorrem para objectivos semelhantes. Ao nível da União Europeia, o Eurostat promoveu, em meados dos anos 90 do século XX, o desenvolvimento de um modelo harmonizado para a realização de inquéritos aos usos do tempo, projecto que levou à condução de cerca de vinte estudos (alguns dos quais inquéritos-piloto) em diversos países da Europa, incluindo em Portugal (como à frente se detalhará).

A nível internacional, os usos do tempo têm constituído um domínio de inquirição estatística e de investigação com uma tradição longa e consolidada, nalguns casos com mais de um século (para uma análise mais detalhada da história do estudo dos usos do tempo, ver por exemplo, Harvey, 2004).

Em Portugal, apenas nas décadas de 80 e 90 do século XX, uma perspectiva de análise da ocupação do tempo começou a ser incluída em alguns estudos sobre a partilha das tarefas domésticas e dos cuidados às crianças. Alguns desses estudos eram de carácter académico e tinham um âmbito de aplicação limitado, nomeadamente do ponto de vista territorial (por exemplo, Costa, 1991; André, 1993; Poeschl e Rendo, 1997; Torres e Silva, 1998); outros foram de iniciativa pública e desenvolvidos no âmbito da (então) Direcção-Geral da Família (Infante, 1988, que esteve na base de Fontaínha, 1989; Mendes, Pereira e Pinto, 1994).

Este despontar do interesse pela temática dos usos do tempo ao nível da pesquisa é enquadrado, em termos nacionais, do ponto de vista político, nos últimos anos da década de 90 do século XX, pelo *Plano Global para a Igualdade de Oportunidades (1997-1999)* e, em particular, pelo *Plano Nacional de Emprego 1998*, nomeadamente no âmbito da Directriz 17 do Pilar IV – 'Conciliar vida profissional e vida familiar'. Tais planos relevam a necessidade de desenvolvimento de estudos sobre os usos do tempo, nomeadamente no sentido de dar visibilidade às assimetrias de género no domínio da partilha das tarefas e responsabilidades domésticas e de favorecer o reconhecimento do valor do trabalho doméstico.

Os mecanismos públicos para a igualdade entre mulheres e homens contribuem activamente para a prossecução destes objectivos.

A (então) Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) promove, com co-financiamento da Comissão Europeia, o projecto *Políticas para a Igualdade da União Europeia – Elaboração de novos indicadores para a sua avaliação*. O uso do tempo foi uma das áreas seleccionadas pela CIDM para serem objecto de proposta de novos indicadores (Perista, 1997), tal

como o foram a família, a educação, o emprego e a participação política. Os resultados do trabalho desenvolvido no âmbito do projecto deram origem à publicação *Indicadores para a Igualdade. Uma proposta inadiável* (CIDM, 1997).

A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) assume particular protagonismo neste domínio, concedendo 'prioridade ao aprofundamento da temática dos usos do tempo pelos homens e pelas mulheres, dada a importância de que se reveste na igualdade de oportunidades para uns e para outras no mercado de emprego, no reconhecimento objectivo do valor do trabalho e na obtenção de rendimento' (Perista, coord., 1999: 1). Nesse sentido, promove a realização de um estudo sobre a utilização do tempo e a duração do exercício de actividades remuneradas e não remuneradas dos homens e das mulheres, desenvolvido por uma equipa do CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social, sob minha coordenação, estudo este que dá origem à publicação *Os usos do tempo e o valor do trabalho: uma questão de género* (Perista, coord., op.cit.), em 1999, coincidindo com as comemorações dos 20 anos da entrada em vigor da Lei da Igualdade e, consequentemente, da criação da CITE.

O reconhecimento da importância desta temática levou também a CITE a constituir-se como entidade parceira activa do Instituto Nacional de Estatística (INE) na realização do Inquérito à Ocupação do Tempo.

É, de facto, em parceria e com o apoio financeiro e técnico de um conjunto de entidades, umas pertencentes à esfera empresarial, outras de natureza pública, que o Instituto Nacional de Estatística realiza, em 1999, o primeiro (e ainda único...) *Inquérito à Ocupação do Tempo (IOT)* em Portugal, na sequência da participação no projecto do Eurostat acima referido. Os principais resultados deste Inquérito vieram a ser objecto de uma publicação (INE, 2001), na qual um dos capítulos foi da responsabilidade da CITE (Perista e Guerreiro, 2001). Este capítulo, dedicado ao *Trabalho e Família*, aborda 'a problemática da gestão do tempo entre trabalho remunerado em contexto profissional e trabalho não pago no contexto do agregado doméstico, em termos da afectação diferenciada de papéis e responsabilidades a mulheres e a homens, bem como das respectivas práticas neste domínio' (INE, op.cit.: 5).

Os dados do *IOT*, e a respectiva análise na óptica da igualdade de género, estiveram na base de um novo estudo – *Género e usos do tempo – O valor do trabalho não pago*, desenvolvido no âmbito do CESIS ao abrigo de um protocolo com a CITE. Os resultados deste estudo mereceram ampla divulgação, nomeadamente em artigo publicado num número especial da *Análise Social* consagrado ao tema 'Famílias' (Perista, 2002a). Particular atenção, nomeadamente ao nível da fundamentação de políticas de promoção da igualdade entre mulheres e homens e da conciliação da vida profissional com a vida familiar, foi conferida a resultados que, com base na primeira fonte estatística oficial, em Portugal, a permitir uma abordagem analítica na perspectiva dos usos do tempo, mostravam que:

Os padrões de afectação dos tempos de mulheres e de homens surgem marcados por uma profunda assimetria, designadamente em termos do trabalho não pago no espaço doméstico. Com efeito, e apesar de uma tendência de natureza modernizante, ao nível dos discursos e do próprio quadro legal, no sentido de um reforço do papel dos homens na esfera privada, a progressiva e rápida aproximação dos padrões de participação de mulheres e homens no mercado de trabalho não tem sido acompanhada por uma aproximação, em termos equivalentes, da participação dos homens no trabalho não pago. Mesmo considerando apenas homens e mulheres com emprego e, portanto, com uma duração da actividade profissional relativamente próxima, a sobrecarga de trabalho feminino ao nível das tarefas domésticas e de prestação de cuidados à família evidencia-se com clareza. (Perista, 2002a: 471-472)

Com efeito, se o *IOT* revela que se assiste, ainda, a um investimento preferencial dos homens no trabalho remunerado, a diferença média entre o tempo de trabalho profissional de homens e de mulheres, é, já em 1999, apenas de cerca de uma hora diária. Em contrapartida, ao nível do trabalho doméstico e da prestação de cuidados à família, verifica-se que as mulheres dedicam a este tipo de tarefas, em média, mais três horas, em cada dia, do que os homens. Uma constatação se evidencia, pois, a de que as mulheres apresentam uma jornada de trabalho mais longa: considerando

conjuntamente o trabalho remunerado em contexto profissional e o trabalho não pago no espaço doméstico, as mulheres apresentam um tempo de trabalho diário de 12h49m, enquanto, para os homens, o valor correspondente não excede as 10h56m; ou seja, em média, as mulheres trabalham, em cada dia, cerca de mais duas horas do que os homens (diferencial que se mantém, embora relativamente atenuado, quando se considera apenas a população empregada - neste caso, o valor do sobre-trabalho feminino é de 1h22m).

As diferenças de género, em termos da duração média do trabalho pago e não pago, variam em função de níveis de instrução e de rendimento (Perista, 2002a) mas também ao longo do ciclo de vida de homens e mulheres (Perista, 2002b). As assimetrias de género no tempo dedicado ao trabalho pago aumentam com a idade, sendo particularmente acentuadas no grupo etário entre os 55 e os 64 anos: neste grupo os homens dedicam, em média, mais 1h46m do que as mulheres a esta forma de trabalho. Já em relação ao trabalho não pago, a maior afectação de tempo por parte das mulheres é evidente sobretudo no grupo etário entre os 35 e os 54 anos: neste grupo as mulheres dedicam, em média, mais 3h40m do que os homens a tarefas domésticas e a prestação de cuidados à família.

À semelhança do que sucedeu no estudo referido no parágrafo anterior, que incidiu sobre os usos do tempo de mulheres e de homens ao longo do ciclo de vida, os resultados do *IOT* constituíram uma base de trabalho privilegiada para o desenvolvimento, tanto por técnicas do INE como por investigadoras/es com diferentes enquadramentos institucionais, de várias análises complementares sobre temas específicos, designadamente por ocasião da realização, em Lisboa, em Outubro de 2002, da 24ª Conferência da IATUR –

International Association for Time Use Research, sob a designação *Work Time and Leisure Time: Dynamics and Convergence in Changing Contexts*.

A partir de 2001, as conclusões e os principais resultados do *IOT* têm vindo a ser amplamente citados e referidos, em termos nacionais e internacionais, por ausência de informação comparável mais recente. Numa tentativa de conferir maior actualidade aos dados estatísticos de referência nesta matéria, têm sido utilizados, nos últimos anos (nomeadamente em CITE, 2009), dados do 4º *Inquérito Europeu às Condições de Trabalho*, de 2005, entretanto divulgados pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho. De acordo com esta fonte, em Portugal, em média, os homens afectam, em cada semana, mais 2h24m ao trabalho pago (emprego principal e segundo emprego, quando este existe) do que as mulheres. No entanto, em relação ao trabalho não pago – tarefas domésticas, prestação de cuidados a crianças e prestação de cuidados a familiares idosos/as ou com deficiência – as mulheres despendem semanalmente mais 16 horas, por comparação com os homens. Daqui decorre um tempo de trabalho total (no qual se contabiliza também o tempo de deslocação casa-trabalho-casa) que é claramente superior para as mulheres, num diferencial que, em cada semana, ultrapassa as 13 horas.

Embora recorrendo a instrumentos e metodologias diferentes, nomeadamente em termos de amostragem, e logo não sendo directamente comparáveis, ambas as fontes convergem na identificação de uma acentuada assimetria na partilha do trabalho não pago entre mulheres e homens. Esta é uma conclusão que surge reforçada por vários estudos sobre a realidade portuguesa, entretanto divulgados (tais como Wall, coord., 2000; Torres, coord., 2004; Amâncio e Wall, 2004; Wall, org., 2005).

Fundamental seria, porém, a realização de novos inquéritos nacionais sobre os usos do tempo, aliás, tal como previsto no *III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género (2007-2010)*. No âmbito do domínio prioritário 'Conciliação da vida profissional, familiar e pessoal', este Plano aponta a necessidade de 'realizar periodicamente inquéritos aos usos do tempo utilizando a metodologia preconizada pelo Eurostat, de modo a permitir avaliar a evolução do tempo de trabalho não pago realizado por homens e por mulheres' (CIG, 2008: 71).

3. Tempo para o trabalho de cuidar e carreiras científicas – uma análise qualitativa

Para o desenvolvimento do campo de investigação sobre os usos do tempo tem concorrido a realização de inquéritos, e a consequente construção de indicadores de natureza estatística, que permitem a quantificação do tempo despendido em diferentes actividades e tarefas, nomeadamente por mulheres e por homens, mas também a realização de estudos de natureza qualitativa, que privilegiam uma análise em profundidade das práticas e representações envolvidas no modo diverso como essa afectação de tempos se processa, bem como dos factores associados ao género que enformam tal diversidade.

É nesta linha de pesquisa que se enquadra um estudo por mim desenvolvido (e que constitui a base empírica da minha dissertação de doutoramento - Perista, 2009), que considera os padrões 'genderizados' de usos do tempo na esfera privada e doméstica e, particularmente, o modo como o trabalho não pago e as responsabilidades pelo cuidar têm impactos no trabalho pago – oportunidades de emprego, organização dos tempos de trabalho a progressão na carreira. Ou seja, como nesta interacção são moldadas as condições de articulação do trabalho com a vida familiar de homens e de mulheres. Para a compreensão da forma como estes processos se concretizam na prática são tomados como base empírica de análise profissionais em carreiras científicas.

Com efeito, a articulação do trabalho com a vida familiar é particularmente difícil quando as mulheres e os homens estão envolvidas/os em carreiras com exigências específicas em termos de afectação de tempo e de disponibilidade permanente. Este é o caso das carreiras científicas. Por outro lado, um estudo de caso sobre mulheres e homens cientistas assume particular relevância num país como Portugal, onde a feminização das carreiras científicas e da investigação em geral é elevada, nomeadamente em contexto europeu (para uma análise mais detalhada a este respeito, ver, por exemplo, Perista, op.cit.).

O estudo ao qual tenho vindo a fazer referência tem na sua base o projecto *Mobility and Progression in Science Careers: Equal Pay, Career Progression and the Socio-Legal Valuation of Care Work* (MOBISC). Este foi um projecto de investigação no qual participei na qualidade de coordenadora da equipa de investigação portuguesa e que abrangeu cinco países europeus – Reino Unido, Portugal, Itália, Áustria e Grécia.

O projecto MOBISC tinha como principal objectivo compreender os factores que envolvem o recrutamento e a progressão de mulheres em carreiras científicas e identificar formas de promover a participação feminina nestas carreiras (Ackers, 2007). O trabalho por mim desenvolvido, para fins da minha tese, sob o título *Living with Science: Time for Care and Career Progression – A Gendered Balance?*, centrou-se num dos factores que emergiu, nos resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito do projecto MOBISC, como tendo particular importância: os usos do tempo de mulheres e de homens na esfera doméstica e o trabalho de cuidar em particular.

Pretendeu-se, assim, analisar as modalidades de articulação da vida pessoal e familiar com a progressão na carreira de mulheres e homens altamente qualificadas/os trabalhando em duas áreas da ciência (ciências físicas, uma área mais masculinizada, e ciências da vida, uma área mais feminizada), residentes em Portugal. Estes e estas cientistas eram, por outro lado, profissionais que estavam (ou já tinham estado) envolvidos/as em processos de mobilidade internacional – cerca de metade eram nacionais de um outro país da União Europeia e os/as restantes, embora tendo nacionalidade portuguesa, tinham já vivido um ou mais períodos (de pelo menos um ano) num outro país, por requisito da sua carreira profissional.

Em termos metodológicos, este trabalho assentou na realização de 50 entrevistas semi-estruturadas em profundidade, a 24 mulheres e 26 homens em diferentes fases de carreira e de ciclo de vida, com e sem filhos/as. Tais entrevistas pretendiam explorar o que estas e estes cientistas fazem no seu tempo, em particular no seu tempo de trabalho, pago e não pago.

O estudo *Living with Science: Time for Care and Career Progression – A Gendered Balance?* (Perista, op.cit.) suporta a centralidade do género na investigação sobre os usos do tempo bem como o seu impacto na construção de estratégias no quotidiano e ao longo do ciclo de vida, em termos da combinação de trabalho pago e de trabalho de cuidar, entre homens e mulheres cientistas.

Os resultados do estudo reforçam a convicção de que uma questão crucial a ter em conta em relação ao trabalho pago das mulheres e à sua progressão na carreira, nomeadamente em áreas científicas, se refere ao impacto do tempo que estas afectam à família e ao trabalho não pago. A análise dos usos do tempo nas vidas destes e destas cientistas com processos de mobilidade internacional revela que profissionais altamente qualificados/as em carreiras científicas se defrontam com desafios específicos, em termos de tempo mas também de espaço, em termos da articulação entre trabalho e vida pessoal e familiar (muito embora a natureza ‘genderizada’ de tais desafios não seja específica deste grupo particular).

Um destes desafios, tal como identificado no estudo, refere-se ao elevado valor e significado atribuído por estes/as cientistas ao seu trabalho de pesquisa. Um trabalho no qual ‘flexibilidade’, horários de trabalho irregulares, tempos de trabalho muito longos e em horários ‘anti-sociais’, são traços recorrentes. Trabalhar arduamente e durante longas horas é reconhecido (e aceite tanto por homens como por mulheres) como um requisito de progressão na carreira em investigação científica.

Estudos anteriores sobre a natureza e organização da ciência numa perspectiva de género (de que são exemplo Ackers, 2007 ou Comissão Europeia, 2008) têm identificado características específicas das carreiras científicas que obstaculizam uma maior participação feminina. Particular ênfase tem sido dada aos tipos de horários e padrões de trabalho que caracterizam este sector de emprego. Esta pesquisa (Perista, op.cit.) confirma que os tempos de trabalho em ciência são geralmente muito longos e imprevisíveis (frequentemente determinados pelo ritmo das experiências laboratoriais), sendo frequente o trabalho à noite ou aos fins-de-semana, muitas vezes a partir de casa. A capacidade de trabalhar nestes horários prolongados e anti-sociais depende em larga medida de circunstâncias pessoais e familiares e do género, com mães (e, em menor escala, pais) a referir um declínio significativo do volume de ‘trabalho extraordinário’ que são capazes de assumir após o nascimento de filhos/as.

Importa salientar, por outro lado, que o que está em causa não é só a capacidade de dedicar muito tempo ao seu trabalho mas, sim, que estas horas de trabalho durante os fins-de-semana e pela noite fora são essencialmente dedicadas a actividades que assumem uma importância crucial em termos de progressão na carreira, tais como preparação de publicações, de candidaturas a fontes de financiamento, de comunicações a conferências e seminários. Estas são normalmente tarefas às quais mulheres e homens cientistas não conseguem dedicar tempo suficiente durante o seu período ‘normal’ de trabalho. Assim sendo, a capacidade de assumir ou não este trabalho ‘fora de horas’ terá um impacto significativo, e diferente em função do género, na progressão profissional.

Uma outra característica associada ao trabalho de investigação, e identificada como uma vantagem deste tipo de trabalho pelos e pelas cientistas, é a sua flexibilidade. Em particular, dimensões mais teóricas do trabalho de pesquisa tendem a promover maior flexibilidade em termos de horários e local de trabalho. Estas formas de trabalho, desenvolvidas fora do local habitual de trabalho, geralmente em casa, devem ser cuidadosamente consideradas. Por um lado, estas constituem claramente uma importante dimensão de flexibilidade para cientistas com filhos/as, permitindo-lhes conciliar mais facilmente as necessidades da vida familiar com as pressões induzidas pela investigação científica (por exemplo, saindo do laboratório a tempo de ir buscar as crianças à escola, dar-lhes banho, jantar, estar um pouco com elas, e retomar o trabalho, em casa, depois das crianças estarem deitadas). Por outro lado, estas formas de trabalho têm lugar na área ‘informal’ das vidas privadas de cada pessoa; são também geralmente não remuneradas e envolvem a aceitação implícita de um tempo de trabalho extremamente longo e não regulado.

As entrevistas realizadas mostram que os e as cientistas apresentam esta situação utilizando uma linguagem que é simultaneamente sinónimo de liberdade e de pressão, sendo a autonomia na gestão do tempo constantemente associada ao constrangimento na gestão desse tempo.

Estes resultados vão ao encontro de outras pesquisas que têm incidido sobre carreiras altamente qualificadas, segundo as quais estas são pessoas que têm poder sobre o seu tempo mas que, no entanto, se tornam prisioneiras do tempo (ou 'are caught in time', como diriam Lyon e Woodward, 2004).

Um outro importante factor de progressão em carreiras científicas é a expectativa de mobilidade e a capacidade de fazer deslocações frequentes. Pesquisas anteriores (Ackers, 2005 ou Ackers e Gill, 2008) têm salientado que uma carreira científica exige uma elevada mobilidade, como forma de atingir o nível de experiência internacional requerido para progressão. Esta elevada expectativa de mobilidade associada às carreiras científicas é discutida no estudo sobretudo na sua inter-relação com o estatuto familiar e parental. Os resultados apontam para que a mobilidade pode ser claramente constrangida pelas exigências da vida familiar. Isto é evidente em relação tanto a deslocações curtas, para reuniões, seminários ou conferências, como à possibilidade de ir para o estrangeiro durante períodos de tempo mais longos, ao abrigo de bolsas ou estágios, por exemplo.

A investigação neste domínio (Ackers, 2004, 2005; Ackers e Gill, 2008) tem evidenciado a relevância de se tomar em consideração a importância do género e do ciclo de vida, conjugalidade e parentalidade em particular, para a tomada de decisão de mulheres e homens cientistas sobre encetarem ou não um processo migratório. Este estudo contribui para explorar de forma mais detalhada como dimensões de género associadas à vida familiar, designadamente à parentalidade, têm um impacto diverso sobre as decisões migratórias de homens e de mulheres, bem como para analisar como a diferente capacidade para corresponder à expectativa de mobilidade constitui um factor-chave para a compreensão dos processos de retenção e progressão das mulheres em carreiras científicas.

No estudo é dada visibilidade a (algumas das) muitas formas segundo as quais o forte envolvimento de cientistas no trabalho pago, e carreiras com constrangimentos espaço-temporais específicos, podem entrar em conflito com a vida familiar. A maioria dos/as cientistas que têm filhos/as, em particular das mulheres cientistas, tem de lidar com as exigências e constrangimentos decorrentes do tempo para estar com a família e do tempo que têm de dedicar à prestação de cuidados na esfera privada.

Demonstra-se, assim, na esteira de outros resultados de pesquisa (por exemplo, Shelton, 1992) que as responsabilidades familiares continuam a 'intrrometer-se' de maneira diferente no tempo dos homens e no tempo das mulheres, afectando desproporcionadamente, em relação ao dos homens, o tempo que as mulheres dedicam ao trabalho de cuidar. Com efeito, as famílias podem ser definidas como 'greedy institutions' (Lyon and Woodward, 2004), nas quais a 'voracidade' das necessidades de tempo para cuidar, sempre intensas e urgentes, é manifesta, sobretudo quando existem crianças no agregado.

Uma das conclusões desta pesquisa é a de que, em ciência, a decisão de 'pôr os/as filhos/as em primeiro lugar' (por exemplo, reduzindo o volume de trabalho extraordinário ou de deslocações de natureza profissional) e a prossecução de um maior equilíbrio entre trabalho e vida familiar comprometem a progressão na carreira. Isto é particularmente evidente entre as mulheres cientistas, que tendem a apresentar uma progressão na carreira mais lenta do que os homens. Tal como outras autoras têm sugerido, as responsabilidades tradicionais das mulheres pelas tarefas domésticas e pelo trabalho de cuidar, na medida em que permanecem muito marcadas pelo género, continuam a ser uma fonte significativa de desvantagem para as mulheres (Bagilhole, 2002; Bryson, 2007) bem como de 'agency inequality' (Crompton, 2004).

Uma maternidade vivida de forma cada vez mais tardia é uma das consequências da difícil articulação do trabalho com a vida familiar das mulheres em carreiras científicas. Ter uma família e criar uma (ou várias) criança(s) pode parecer incompatível com as expectativas e exigências profissionais de algumas mulheres cientistas. Esta incompatibilidade é gerida por outras mulheres cientistas através do abandono da investigação científica, em busca de horários e padrões de trabalho mais favoráveis.

As evidências empíricas convergem, de facto (tal como acima se referia), no sentido de que, apesar de algumas mudanças no tempo de trabalho familiar, o grosso do trabalho não pago, tanto das tarefas domésticas como do trabalho de cuidar, continua a ser assumido pelas mulheres (Pilcher, 1998; Gershuny, 1999; Crompton e Lyonette, 2009a; ou, sobre o caso português, Wall, coord., 2000; Wall, org., 2005; Perista, 2002a, 2002b, 2004; Perista e Guerreiro, 2001; Torres, coord., 2004; Crompton e Lyonette, 2005).

O conflito entre trabalho e família tem sido encarado como um produto tanto das pressões do emprego como das pressões domésticas (Crompton e Lyonette, 2009b). Este é especialmente o caso num país como Portugal onde as assimetrias de género na distribuição dos tempos de trabalho são particularmente acentuadas (o que é abordado em detalhe, por exemplo, em Perista, op.cit.).

Os resultados deste estudo dão visibilidade à diversidade de soluções adoptadas, ao nível do trabalho de cuidar, por cientistas com filhos/as. Algumas dessas soluções são mais baseadas em apoio externo pago (formal ou informal), outras assentam sobretudo em solidariedades familiares. Estas diferentes combinações de formas e estruturas de apoio têm impactos também diferentes em termos da facilitação da articulação do trabalho com a vida familiar. Em qualquer caso, porém, envolvem na generalidade trabalho de cuidar assegurado por outras mulheres – uma empregada doméstica, uma ama, uma mãe, uma sogra, uma avó...

Emergem, também, diferentes modelos de partilha das tarefas domésticas entre o casal, desde a total assimetria até à partilha igualitária entre homem e mulher.

O primeiro tipo de situação, completamente assimétrico, ainda é patente nos poucos casos, abrangidos por esta pesquisa qualitativa, em que é a mulher quem assume a totalidade do trabalho doméstico. Nestas famílias, os homens são, de facto, 'care dependent on women' (Carrasco e Mayordomo, 2005), contrariando de algum modo a visão tradicional da 'dependência' das mulheres em relação aos seus maridos.

Diversas mulheres cientistas entrevistadas referiram-se também ao facto de que a vida doméstica 'recai sobre os seus ombros', isto é, mesmo que o homem 'ajude' (Hardill et al., 1997; Connell, 2004), é a si que cabe a responsabilidade de organizar e gerir os assuntos domésticos e familiares. Ou, tal como assinalado em estudo anterior (Daly, 2004), 'shared responsibility but women are in control', ou seja, a responsabilidade é partilhada mas são as mulheres que assumem o controlo. O 'direito a não cuidar' (ou 'right not to care', afirmado por Land e Rose, já em 1985) é dificilmente reconhecido pelas próprias mulheres; afinal, é, e continua a ser, assumida como sua a responsabilidade, socialmente atribuída e subjectivamente percebida, de garantir o trabalho de cuidar. Mesmo entre mulheres altamente qualificadas e com um forte envolvimento nas suas carreiras, nomeadamente na ciência, a responsabilidade continuada das mulheres pelo trabalho não pago permanece largamente intocada (Bagilhole, 2002; Daly, 2002; Crompton e Lyonette, 2009a).

Modelos mais simétricos de partilha do trabalho de cuidar no espaço doméstico são, contudo, patentes entre outras famílias de cientistas, em particular quando, no casal, ambos os membros estão na carreira científica. Modelos deste tipo poderão significar que as normas de tempo muito marcadas pelo género estarão a perder algum peso (Bryson, 2007) e de que, por outro lado, os homens podem cuidar e há muitos que o fazem (Lister, 1997; Bryson, 2007). Embora o trabalho de cuidar possa ser 'codificado pelo género' (ou 'gender coded', como diria Crompton, 2004), ele não é 'genderizado' em qualquer sentido essencialista. E se a participação masculina não resolve todos as dificuldades associadas ao trabalho de cuidar, não resta dúvida de que as atenua, tal como é ilustrado nas entrevistas.

A possibilidade de externalizar (pelo menos em parte) as tarefas domésticas para uma empregada doméstica ou mulher-a-dias pode constituir-se como uma importante estratégia para reduzir o peso de tais tarefas tanto para os homens como, em particular, para as mulheres. Esta é uma estratégia relativamente frequente entre as famílias dos/as cientistas abrangidas por este estudo. Contudo, pagar para ter apoio doméstico não resolve questões fundamentais na construção do género (ou de 'doing gender', nas palavras de Crompton e Lyonette, 2009a). A 'mercantilização' do cuidado (Daly e Lewis, 2000) depende da capacidade de 'comprar tempo' (Lister, 1990), isto é, da capacidade de mulheres mais ricas aliviarem a sua própria pobreza de tempo ('time poverty') em maior ou menor medida comprando o tempo de outras mulheres (Lister, 1997).

A existência de apoios externos, pagos ou não pagos, formais ou informais, é crucial para a organização do trabalho de cuidar. Mas a possibilidade de recorrer a apoio externo informal depende de vários factores. Dificuldades acrescidas colocam-se quando, na sequência de processos de mobilidade, se criam grandes distâncias geográficas em relação a familiares e pessoas amigas às quais se poderia eventualmente recorrer. A diversidade de agregados domésticos coberta por este estudo qualitativo confirma que a possibilidade de combinar, em maior ou menor grau, suportes externos ao trabalho de cuidar, pagos e não pagos, formais e informais, é geralmente limitada, ou aos/às cientistas que, após um período de permanência no estrangeiro, regressaram entretanto a Portugal, ou a casais com uma dupla nacionalidade, nos quais um dos membros – normalmente a mulher – tem nacionalidade portuguesa.

A investigação neste domínio, e os estudos feministas em particular, têm evidenciado que cuidar é trabalho, frequentemente trabalho árduo e que envolve longas horas (Lister, 2000), e que nem os recursos financeiros nem a disponibilidade de serviços esgotam a panóplia de necessidades associadas ao trabalho de cuidar; o tempo (para cuidar) é igualmente crucial (Daly, 2002). Por outro lado, as tensões e contradições entre trabalho e vida familiar estão hoje exacerbadas em muitos países ocidentais (Brannen, 2005).

Aprofundando esta linha de discussão, o estudo a que tenho vindo a fazer referência mostra que prosseguir uma carreira científica e ter filhos/as gera, em muitos casos, sentimentos de ambivalência e de culpa (Craig, 2007) entre cientistas que são pais ou, de forma particularmente aguda, entre as cientistas que são mães. Mães que, como ilustrado nas entrevistas, se sentem constantemente divididas entre estas duas esferas das suas vidas, o tempo nunca sendo suficiente nem para o trabalho pago, em termos do tempo que são capazes de lhe afectar ou das responsabilidades que conseguem assumir, nem para a família, à qual não se podem dedicar tanto quanto gostariam, especialmente em relação às crianças. Tais sentimentos de ambivalência e de culpa expressos por muitas mães (mais do que por pais) que trabalham em actividades de investigação científica podem ser encarados como uma manifestação dos diferentes direitos (ou 'entitlements', como diria Daly, 2004) que mulheres e homens, em geral, reconhecem como seus para usar o tempo, para si próprias/os ou para outrem.

A falta de tempo tem levado diferentes autoras/es a falar de pobreza de tempo (ou 'time poverty', cf. Lister, 1990, 1997), escassez de tempo (ou 'time famine', cf. Davies, 1990), stress de tempo (ou 'time stress', cf. Holtz, 2002), pressão de tempo (ou 'time pressure', cf. Ylijeki and Mäntylä, 2003) ou compressão de tempo (ou 'time squeeze', cf. Southerton, 2003). E todos estes termos se referem em particular às mulheres e ao modo como estas vivem o tempo. Algumas/uns argumentam que as mulheres são mais susceptíveis à pobreza de tempo (Lister, 1990; 1997), na medida em que, quando considerados conjuntamente o trabalho pago e não pago, as mulheres apresentam um tempo de trabalho superior ao dos homens. Outras/os acrescentam a esta dimensões tais como as da intensidade e da pressa (ou 'harriedness', como diriam Southerton, 2003 ou Bryson, 2007) que caracterizam a experiência feminina do tempo, uma vez que as mulheres se confrontam muitas vezes com a necessidade de comprimir várias actividades, de diferente natureza, num mesmo período de tempo.

Estes são termos que reflectem bem os sentimentos e as experiências, nas suas vidas quotidianas, de muitas mulheres cientistas, sobretudo das que têm filhos/as pequenos/as. Contudo, importa frisar, por outro lado, que muitas destas mulheres cientistas enfatizam fortemente a importância do seu trabalho e carreira científica para a sua realização pessoal e, nomeadamente, para um adequado desempenho do seu papel enquanto mães. Diferentes estratégias são, pois, adoptadas para combinar a necessidade de trabalhar longas horas e as responsabilidades do cuidar, por exemplo (tal como se referia antes) trabalhando a partir de casa ou à noite (o que reflecte uma forte ‘endurance’ pessoal por parte destas mulheres).

A descrição de um dia de trabalho habitual feita por muitas mulheres e alguns homens cientistas ilustra de forma clara aquilo que em estudos anteriores tem sido designado como a intrusão do trabalho na vida privada (Fisher e Layte, 2004), ou a ‘extensificação’ do trabalho para além do local de trabalho na tentativa de dar resposta à sua intensificação (Brannen, 2005). Por outro lado, esta pesquisa também evidencia que mulheres e homens cientistas levam, na generalidade dos casos, vidas quotidianas cuidadosamente planeadas, nas quais não há lugar para a ocorrência de situações de doença, alterações súbitas nas necessidades de cuidados ou qualquer tipo de desvio inesperado (ou ‘all kinds of unthinkable detours’, como diria Sabelis, 2001).

Após o trabalho pago e não pago, qual é o tempo que sobra para as mulheres e os homens cientistas? Um tempo muito limitado, em geral. O tempo, e o tempo livre em particular, é um recurso cada vez mais escasso; ou, nas palavras de Valerie Bryson (2007), ‘the ultimate scarce resource’. Usar o tempo para estar com amigos/as ou apenas para descansar é uma possibilidade de difícil concretização para muitos/as cientistas abrangidos/as pelo estudo. Noutros casos, a vida social é ainda limitada pelo facto destas serem pessoas que, com frequência, mudam de local de trabalho ou, mesmo, de país de residência, indo por exemplo para onde quer que uma bolsa de investigação em determinado domínio esteja disponível, o que os/as leva, em muitos casos, a viverem sós num país estrangeiro, no qual não ficam o tempo suficiente para fazer amizades e construir redes de sociabilidade.

Foi evidente, sobretudo entre os homens cientistas, uma forte valorização da liberdade de ‘fazer o seu próprio tempo’ na investigação científica, nomeadamente definindo quando e onde se trabalha. Contudo, isto é algo que aparentemente entra em conflito com um sentimento muito comum entre cientistas, que é o de não disporem de tempo suficiente para si próprios/as. Tempo para si, um tempo que possam chamar seu (ou ‘time to call our own’, como diria Odih, 2003) que, portanto, é altamente valorizado, sobretudo pelas mulheres, em termos do seu próprio equilíbrio pessoal.

4. Conhecer os usos do tempo de mulheres e de homens: uma preocupação 'inadiável'

Se, já em 1997, os usos do tempo foram considerados entre as áreas relativamente às quais a construção de novos indicadores para a igualdade de género constituía uma necessidade 'inadiável' (CIDM: 1997), quinze anos volvidos sobre a *Plataforma de Acção de Pequim* deparamo-nos, ainda, em Portugal, com uma preocupação, também ela, (cada vez mais) inadiável de ver produzida e disseminada, de forma continuada e consistente, informação, quer de natureza estatística quer qualitativa, que permita conhecer e monitorizar as práticas e representações de mulheres e de homens ao nível do trabalho pago e do trabalho de cuidar.

A centralidade dos usos do tempo para a redução das fortes assimetrias que persistem em termos da participação de homens e de mulheres nas diferentes formas de trabalho e, conseqüentemente, para a promoção da igualdade de género, terá ficado devidamente evidenciada ao longo do texto.

Mesmo entre mulheres e homens detendo altas qualificações e em carreiras científicas, estas assimetrias são patentes, associando-se de forma clara a uma (ainda mais) difícil articulação de uma vida profissional muito exigente, em termos de horários, ritmos e padrões de trabalho, com as necessidades familiares e pessoais, também elas exigentes, em termos de tempo, competências e recursos.

A realização, a breve trecho, de um novo inquérito nacional aos usos do tempo afigura-se de importância crucial, desde logo para se obter um retrato estatístico actualizado sobre as práticas de afectação do tempo, designadamente numa perspectiva de género. A informação assim produzida contribuiria, certamente, por outro lado, para suscitar um aprofundamento da reflexão científica nestes domínios. Não menos importante seria o seu papel instrumental ao nível da fundamentação de medidas de política promotoras da articulação trabalho-família e da igualdade de mulheres e de homens.

Referências bibliográficas

- Ackers, L. (2004) *Capturing and Contextualising the Subject in Migration Research: the MOBISC Research Strategy* (documento policopiado).
- Ackers, L. (2005) “Moving People and Knowledge: Scientific Mobility in the European Union”, *International Migration*, 43 (5): 1-33.
- Ackers, L. (2007) “Legislating for Equality? Working Hours and Progression in Science Careers”. *European Law Journal*, 13 (2): 169-185.
- Ackers, L. e Gill, B. (2008) *Moving People and Knowledge: Scientific Mobility in an Enlarging European Union*. Glos e Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited.
- Amâncio, L. e Wall, K. (2004) “Família e Papéis de Género: Alguns Dados Recentes do Family and Gender Survey (ISSP)”. Comunicação ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Setembro 2004.
- André, I. M. (1993), *O Falso Neutro em Geografia Humana: Género e Relação Patriarcal no Emprego e Trabalho Doméstico*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa.
- Bagilhole, B. (2002) *Women in Non-Traditional Occupations*. Basingstoke e New York: Palgrave Macmillan.
- Brannen, J. (2005) “Time and the Negotiation of Work-Family Boundaries. Autonomy or Illusion?”, *Time & Society*, 14 (1): 113-131.
- Bryson, V. (2007) *Gender and the Politics of Time. Feminist Theory and Contemporary Debates*. Bristol: The Policy Press.
- Carrasco, C. e Mayordomo, M. (2005) “Beyond Employment: Working Time, Living Time”, *Time & Society*, 14 (2/3): 231-259.
- CIDM (1997) *Indicadores para a Igualdade. Uma Proposta Inadiável*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- CIDM (2001) *Plataforma de Acção de Pequim 2005. Iniciativas e Acções Futuras Igualdade de Género, Desenvolvimento e Paz para o Século XXI*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- CIG (2008) *III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género (2007-2010)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- CITE (2009) *Relatório sobre o Progresso da Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional 2006/2008*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Comissão Europeia (2008) *Mapping the Maze: Getting More Women to the Top in Research*. Luxemburgo: Office for the Official Publications of the European Communities.

Connell, R. W. (2004) "A Really Good Husband. Observations on Work / Life Balance, Gender Justice and Social Change". Comunicação à Conferência *Work-Life Balance across the Life Course*, University of Edinburgh, 30 Junho - 2 Julho 2004.

Conselho da Europa (1998) *Gender Mainstreaming – Conceptual Framework, Methodology and Presentation of Good Practices*. Conselho da Europa: Estrasburgo.

Costa, A. (1991), *Representações Sociais de Homens e de Mulheres. Portugal 1991*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Craig, L. (2007) "How Employed Mothers in Australia Find Time for Both Market Work and Childcare", *Journal of Family and Economic Issues*, 28: 69-87.

Crompton, R. (2004) "Care Responsibilities, Occupational Differences, and the Impact of Promotion Aspirations". Comunicação ao 25th CEIES Seminar *Gender Statistics. Occupational Segregation: Extent, Causes and Consequences*, Estocolmo, 21-22 Junho 2004.

Crompton, R. e Harris, F. (1999) "Employment, Careers and Families: the Significance of Choice and Constraint in Women". In R. Crompton (ed.) *Restructuring Gender Relations and Employment. The Decline of the Male Breadwinner*. Oxford: University Press: 128-149.

Crompton, R. e Lyonette, C. (2005) "Family, Gender and Work-Life Articulation: Britain and Portugal Compared". Comunicação a *Atitudes Sociais dos Portugueses. VII Seminário de Apresentação e Discussão de Resultados 'Famílias e Papéis de Género'*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 14 Janeiro 2005.

Crompton, R. e Lyonette, C. (2009a) *Partners Relative Earnings and the Domestic Division of Labour*. Comunicação apresentada no ISCTE, 5 Março 2009.

Crompton, R. e Lyonette, C. (2009b) *Work-Life Conflict in Europe*. Comunicação apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 6 Março 2009.

Daly, K. (2004) "He Says, She Says: Gender and the Construction of Contradictions about Time". Comunicação à Conferência *Work-Life Balance across the Life Course*, University of Edinburgh, 30 Junho - 2 Julho 2004.

Daly, M. (2002) "Care as a Good for Social Policy". Comunicação ao *CAVA Workshop Three on Care*, University of Leeds, 15 Fevereiro 2002.

Daly, M. e Lewis, J. (2000) "The Concept of Social Care and the Analysis of Contemporary Welfare States", *British Journal of Sociology*, 51 (2): 281-298.

Davies, K. (1990) *Women, Time and the Weaving of the Strands of Everyday Life*. Aldershot: Avebury.

Durán, M.-A. (coord.) (2000) "The Future of Work in Europe: Gendered Patterns of Time Use". In European Commission, *Gender Use of Time - Three European Studies: 77-138*. Luxemburgo: Office for the Official Publications of the European Communities.

Elchardus, M. e Glorieux, I. (1994) "The Search for the Invisible 8 Hours. The Gendered Use of Time in a Society with a High Labour Force Participation of Women". *Time & Society*, 3 (1): 5-27.

Fisher, K. e Layte, R. (2004) "Measuring Work-Life Balance Using Time Diary", *Electronic Journal of Time Use Research*, 1 (1): 1-13. Disponível em: <http://www.eijtur.org/>.

- Fontainha, E. (1989), “As mulheres e a Economia: o Trabalho Doméstico – Teoria e Métodos de Avaliação”. In CIDM, *As Mulheres, a Identidade Cultural e a Defesa Nacional. Actas de um Seminário*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Gershuny, J. (1999) “The Work/Leisure Balance and the New Political Economy of Time”, *10 Downing Street Magazine*.
- Hardill, I. et al. (1997) “Who Decides What? Decision Making in Dual Career Households”, *Work, Employment & Society*, 11 (2): 313-326.
- Harvey, A. S. (2004) “Welcome Address of the IATUR President”, *Electronic International Journal of Time Use Research*, 1 (1): I-IV. Disponível em: <http://www.eijtur.org/>.
- Holtz, E. (2002) “Time Stress and Time Crunch”. Comunicação à International Time Use Conference *Time Pressure, Work-Family Interface and Parent-Child Relationships: Social and Health Implications of Time Use*, University of Waterloo, 21-23 Março 2002.
- INE (2001), *Inquérito à Ocupação do Tempo: Principais Resultados*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Infante, F. (1988), *Alguns Dados sobre o Quotidiano das Famílias Portuguesas*. Lisboa: Ministério do Emprego e da Segurança Social – Direcção-Geral da Família.
- Junter, A. et al. (2000) “Reorganisation of Working Time... Equal Opportunities for Men and Women... Job Creation... How are they Linked?”. In Comissão Europeia, *Gender Use of Time - Three European Studies*. Luxemburgo: Office for the Official Publications of the European Communities: 45-76.
- Lewis, J. (1999) “Gender and Welfare States – the Problems of Paid and Unpaid Work”. Comunicação à Conferência *Equal Pay and Economic Independence – a Basis for Gender Equality*. Estocolmo, 2-4 Novembro 1999.
- Lewis, J. (2000) “Gender and Welfare Regimes”. In G. Lewis, S. Gewirtz and J. Clarke (ed.) *Rethinking Social Policy*. London / Thousand Oaks / New Delhi: The Open University / Sage Publications: 37-51.
- Lister, R. (1990) “Women, Economic Dependency and Citizenship”, *Journal of Social Policy*, 19 (4): 445-467.
- Lister, R. (1997) *Citizenship: Feminist Perspectives*. Houndmills, Basingtoke, Hampshire e London: Macmillan.
- Lister, R. (2000) “Gender and the Analysis of Social Policy”. In G. Lewis, S. Gewirtz and J. Clarke (ed.) *Rethinking Social Policy*. London / Thousand Oaks / New Delhi: The Open University / Sage Publications: 22-36.
- Lyon, D. e Woodward, A. (2004) “Gender and Time at the Top. Cultural Constructions of Time in High Level Careers and Homes”, *European Journal of Women’s Studies*, 11 (2): 205-221.
- Mendes, M. F.; Pereira, P.T.; Pinto, J.E. (2004), *A Família Portuguesa. Linhas de Reflexão no Ano Internacional da Família*. Lisboa: Direcção-Geral da Família.
- Odi, P. (2003) “Gender, Work and Organization in the Timespace Economy of ‘Just-in-Time’ Labour”, *Time & Society*, 12 (2/3): 293-314.
- Perista, H. (1997) “O Uso do Tempo”. In CIDM, *Indicadores para a Igualdade – uma Proposta Inadiável*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres: 55-73.

